

Transformações geopolíticas na Europa e perspectivas para a integração europeia: um cenário

Numa data recente P. Lellouche¹ referia que «a lógica geopolítica que esteve na base do processo de unificação europeia permaneceu a mesma até 1990: consolidar a parte livre da Europa contra o expansionismo soviético na outra metade do continente», colocando em seguida a questão de saber se, com o fim da esfera de influência soviética na parte leste do continente, continuaria a fazer sentido a finalidade europeia ocidental para o processo de integração da Europa.

Refira-se que, gradualmente, na última década, à ideia de consolidação da Europa ocidental face ao poder soviético veio acrescentar-se um segundo objectivo para o processo de integração europeia ocidental — criar um terceiro pólo mundial, sede de um dos três blocos comerciais em que o mundo se iria organizar, com suficiente unidade política, diplomática e militar para se afirmar com maior autonomia face aos EUA, nomeadamente nas periferias europeias. O projecto de integração europeia passou, assim, a ter para muitos como objectivo criar um proto-Estado europeu, com a sua moeda, a sua diplomacia e as suas forças armadas.

A questão que hoje se coloca é a de saber se, face a um conjunto de profundas transformações geopolíticas na Europa e nas suas periferias, esta concepção do processo de integração europeia será actual, ou seja, possível e necessária.

Após se referir, de forma sintética, esse conjunto de transformações, optou-se por concentrar as atenções nas possíveis actuações geopolíticas e geoeconómicas de três Estados decisivos para a futura arquitectura europeia — a Rússia, a Alemanha e a França — para, no final, se referir um cenário para a integração europeia que, tendo em conta os interesses dos dois primeiros Estados, permitisse valorizar a posição de países europeus situados nas margens do Atlântico.

* Economista.

¹ Pierre Lellouche, *Le nouveau monde*, Grasset, Paris, 1992.

1. TRANSFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS NA EUROPA E NAS SUAS PERIFERIAS

Desde 1989 que está em curso um conjunto de processos que modificaram por completo o quadro geopolítico europeu herdado quer da Segunda Guerra Mundial, quer da própria Primeira Guerra. Entre esses processos destacam-se os seguintes:

- A unificação das duas Alemanhas saídas da Segunda Guerra Mundial, no respeito pelas fronteiras exteriores de cada uma delas, mantendo-se essa nova Alemanha nos quadros institucionais em que se integrara a ex-RFA — CEE e NATO —, mas tendo de se sujeitar a uma redução do seu potencial militar e à manutenção do seu estatuto de potência não nuclear;
- A retirada militar, política e económica da URSS da sua esfera de influência na Europa central e balcânica, deixando, como resultado principal da sua presença pós-Segunda Guerra Mundial, as fronteiras actuais da Ucrânia com a Polónia, a Checoslováquia e a Roménia (bem como as fronteiras ocidentais da Polónia com a Alemanha). Com a retirada da URSS tendem a voltar à superfície as questões de fronteiras e de minorias nacionais que caracterizam essa região desde a reorganização geopolítica realizada após a Primeira Guerra Mundial;
- A desintegração da URSS e a afirmação da Ucrânia e dos países bálticos como Estados independentes e apostados numa demarcação ao nível estratégico e económico relativamente à Rússia. Simultaneamente, a independência da Moldávia ex-soviética abre caminho à reunificação romena e coloca, a curto prazo, a questão das fronteiras entre a Roménia e a Ucrânia, que significam, antes de mais, a possibilidade de esta última permanecer como potência danubiana, já que os territórios romenos anexados à Ucrânia lhe dão acesso à foz do Danúbio. A independência anti-russa da Ucrânia e dos países bálticos separa a Rússia da Europa central e da Europa balcânica e enfraquece potencialmente a sua posição militar preponderante no mar Báltico e no mar Negro;
- A desintegração da Jugoslávia, realizada sob pressão da Alemanha, não só constitui a primeira grande alteração ao quadro estatal saído da Primeira Guerra Mundial, como abre um vazio organizativo em toda a região dos Balcãs, aumentando muito a fragmentação política que caracteriza a Europa central e balcânica e acumulando focos de tensão permanentes entre os Estados que a compõem. Se se seguir a desintegração da Checoslováquia em dois Estados, desaparecerá um segundo pilar da organização geopolítica da Europa central herdado da Primeira Guerra;
- A desvalorização da neutralidade dos Estados membros da EFTA, que deixará de ter um valor para a ordem europeia para passar a representar apenas uma forma particular de afirmação de independência de certos Estados. Se essa desvalorização for ao ponto de, formalmente, se rever o estatuto de neutralidade da Áustria, pode não estar longe no horizonte

uma segunda e final reunificação alemã, revendo ainda mais a arquitectura saída da Segunda Guerra. Antes que este problema se venha eventualmente a colocar, a desvalorização da neutralidade e a nova postura da Rússia face à Europa ocidental são para já compatíveis com uma aproximação dos países neutrais da EFTA à CEE;

- A deslocação clara dos riscos de segurança para a fronteira sul da Europa, ao longo da superfície de contacto desta com o arco islâmico, que, começando no Marrocos, termina na Ásia central, passando pelo Médio Oriente e pelo Golfo e envolvendo o Paquistão. O colapso da URSS significa igualmente a redução dos meios de a Rússia intervir nessa região, dividindo artificialmente a Ásia central. Os riscos de proliferação nuclear, química e balística ao longo desse arco, onde se localizam as maiores reservas de petróleo e gás e onde se acumulam as mais explosivas situações de crescimento demográfico e escassez de terra arável e de água, constituem um novo factor de perturbação, cuja evolução é difícil de antecipar;
- A derrota do Iraque e do projecto de criação de uma grande potência árabe, dominando o mercado de petróleo e unificando estrategicamente os dois teatros regionais, até agora separados, do Médio Oriente e do Golfo, deixou em aberto a possibilidade de uma reorganização política da região, cuja configuração actual foi igualmente herdada da Primeira Guerra. Se o protectorado da Síria sobre o Líbano é, já hoje, um sinal dessa revisão, a questão central é a de saber se à derrota do Iraque se vai suceder a sua transformação num mero Estado tampão entre uma Turquia transformada de novo numa potência regional no espaço do ex-Império Otomano (Balcãs, mar Negro, Cáucaso e Curdistão), de um Irão reforçando a sua influência na Ásia central e num pólo árabe enfraquecido, liderado pela Arábia Saudita e pelo Egipto.

Toda a reflexão que se segue parte de um pressuposto que, a não se verificar, inviabiliza naturalmente o cenário com que termina este texto. Tal pressuposto é o de que a desintegração da URSS leva à afirmação de uma Ucrânia independente, que procurará demarcar-se do quadro geopolítico e geo económico organizado em torno da Rússia. Com efeito, é o futuro desenho do espaço da ex-URSS que condicionará, em última análise, a futura arquitectura europeia.

2. A RÚSSIA E A NEGAÇÃO DA URSS

A desintegração da URSS vem criar um conjunto de profundas alterações geopolíticas e estratégicas à Rússia. Delas destacam-se as seguintes:

- A Rússia que herdou as fronteiras ocidentais da Federação Russa, após a independência dos países bálticos e da Ucrânia numa postura anti-

-russa, é uma Rússia separada geográfica e estrategicamente da Europa central e ocidental e com meios reduzidos para influir na Europa balcânica. É, além disso, uma potência cuja presença naval no mar Báltico e no mar Negro dependerá do acesso a dois territórios de futuro incerto: o enclave de Calininegrado, na antiga Prússia oriental, e a Crimeia, transferida, em 1954, para a jurisdição ucraniana;

- A Rússia que sai da URSS nas fronteiras da Federação Russa deixa mais de 25 milhões de russos fora dessas fronteiras, especialmente na Ucrânia e no Cazaquistão. E a posição que assume hoje perante o desejo de independência da Ucrânia é clara: ou a Ucrânia resolve os seus diferendos com a Rússia no quadro da Comunidade de Estados Independentes e vê respeitadas as suas fronteiras actuais com a Rússia, ou a Ucrânia decide uma ruptura mais profunda com a Rússia e as suas fronteiras com este Estado podem ser questionadas. Ora a Ucrânia que sai da URSS é, simultaneamente, um Estado em que a quase total unificação dos ucranianos no seu seio foi obtida à custa de revisões das fronteiras da URSS com a Polónia, a Checoslováquia e a Roménia de 1939 a 1947. É um Estado com uma forte minoria russa, cuja integridade territorial pode ser ameaçada e que procurará, provavelmente, um novo enquadramento estratégico e económico alternativo a uma relação privilegiada com o espaço da ex-URSS, que será naturalmente dominado pela Rússia;
- A Rússia que resultou da URSS é uma potência que pode vir a perder grande parte da influência que teve na Ásia central e, nomeadamente, nas três repúblicas mais meridionais e com menor presença de russos — Turcomenistão, Usbequistão e Tajiquistão. Se o Afeganistão, sob domínio das forças políticas islâmicas, conseguir sobreviver, preservando a sua integridade territorial, não obstante o colapso da hegemonia pash-tun, que historicamente lhe deu consistência face aos impérios vizinhos, pode tornar-se um pólo que adensará as relações daquelas três repúblicas com o Irão e o Paquistão, formando uma aglutinação muçulmana não árabe que se estenderá do Golfo às fronteiras da Índia e da China e do Índico ao mar Cáspio. A estabilidade deste conjunto pode, no entanto, vir a ser inviabilizada pelos conflitos entre três grupos étnicos — pashtuns, usbeques e tajiques —, todos presentes no Afeganistão e, respectivamente, no Paquistão e nas repúblicas da Ásia central ex-soviética;
- A Rússia que resultou da ex-URSS, enquanto Federação Russa, pode vir a gerir esta perda da influência na Ásia central meridional através de uma relação mais estreita com o Cazaquistão e a Quirguízia, que, com a Rússia, detêm a chave da mais longa das fronteiras da ex-URSS — a fronteira com a China. Um quadro institucional consagrando esta relação privilegiada reforçaria o carácter euro-asiático da Rússia, ao mesmo tempo que reforçaria a aliança nesse espaço entre os Russos e os Turco-Mongóis. Uma aliança dessa natureza facilitaria eventualmente o reconhecimento de uma posição especial para os Tártaros — a mais desen-

volvida e sofisticada das nacionalidades de raiz turco-mongol da ex-URSS e da Federação Russa e, simultaneamente, a mais moderna das sociedades muçulmanas do antigo império;

- A Rússia euro-asiática, para poder gerir a transição para uma economia capitalista e para se integrar na economia mundial, necessita de uma relação económica privilegiada com os países industrializados do Pacífico e, em primeiro lugar, com o Japão, já que a Alemanha vai estar absorvida financeiramente pela sua reunificação e pela reestruturação da Europa central e balcânica. Mas necessitará igualmente de uma boa relação com os EUA, que ainda dominam as instituições multilaterais que estruturam a economia mundial.

Uma colaboração estreita russo-nipónica supõe, no entanto, a resolução do contencioso territorial das Curilhas, abrindo o *dossier* das cedências dos territórios de valor estratégico situados na periferia da Federação Russa. As cedências ao Japão só deverão ser possíveis se, simultaneamente, a Rússia tiver garantido e estabilizado o seu acesso estratégico ao mar Báltico e ao mar Negro. Sob esta óptica, sem um entendimento duradouro entre a Rússia e a Alemanha a propósito de Calininegrado, no mar Báltico, será difícil à Rússia fazer cedências territoriais ao Japão, no Pacífico;

- Uma Rússia separada estrategicamente da Europa central e ocidental por uma Ucrânia independente e mais longe do Golfo e do Médio Oriente, pela perda de influência na Ásia central e eventualmente na Transcaucásia, é uma potência euro-asiática encravada e setentrional, que só pode aspirar a um papel militar relevante com base numa aliança político-estratégica com os EUA num contexto global, centrada na desvalorização do nuclear e dos mísseis balísticos. Uma aliança desta natureza suprimiria, por sua vez, as últimas ameaças que a Rússia poderia representar para o Japão e para a Alemanha, potências não nucleares. E, simultaneamente, permitiria a estes dois países ver ainda mais reduzido o valor político específico das outras potências nucleares asiáticas e europeias, nomeadamente da China e da França;
- Uma Rússia afastada estrategicamente da Europa central e oriental, mas pretendendo exercer um papel europeu, necessita de que se mantenha a presença dos EUA na Europa e que se reforcem e operacionalizem os quadros institucionais de segurança europeia que envolvam os EUA e a Rússia e reduzam a margem de manobra da Ucrânia, inviabilizando, nomeadamente, qualquer tentativa de polarização estratégica ucraniana na região que se estende do mar Báltico ao mar Negro. Uma Rússia separada estrategicamente da Europa ocidental estará mais preocupada em conter, isolar e impedir uma aproximação entre os eslavos rebeldes (polacos e ucranianos) do que em defender-se de um qualquer «perigo alemão». Será uma Rússia disponível para a colaboração com o mundo germânico, nomeadamente se este lhe assegurar uma presença estável e forte no Báltico;

- Uma Rússia que perdeu parte da influência na Ásia central e nela verá crescer a influência do Irão e do Paquistão necessita de reforçar os laços com a Turquia para manter uma influência na Transcaucásia (nomeadamente para gerir o conflito entre a Arménia e o Azerbaijão) e assegurar uma presença naval no Mediterrâneo que tenha a sua origem no mar Negro.

Pode, pois, de modo sintético, dizer-se que, se a Rússia quiser afirmar-se como potência mundial relevante, tem de recusar e inverter a maior parte das opções externas da ex-URSS.

3. A ALEMANHA E A DILUIÇÃO DA EUROPA OCIDENTAL

A Alemanha, pela sua reunificação e pela alteração da situação geopolítica europeia, vai encontrar-se numa posição substancialmente diferente. São os seguintes alguns dos aspectos principais dessa mudança:

- A reunificação alemã consubstanciou o desaparecimento das barreiras estratégicas e económicas que separavam a Europa ocidental e a Europa central e levou à constituição de um Estado que passa a ocupar a posição geopolítica central entre essas Europas até agora divididas. Esse Estado existe nas fronteiras exteriores das duas Alemanhas herdadas do final da Segunda Guerra Mundial, aceitando, assim, a integração de territórios-chave da ex-Prússia, quer na Polónia, quer na Rússia. A penetração económica nesses territórios e a defesa das minorias nacionais alemãs são os meios disponíveis para assegurar o reforço da influência alemã na parte setentrional da Europa central. Esta contenção a norte orientará naturalmente a Alemanha, quer para o reforço da sua influência no resto do Báltico, quer no Sul e no Sudeste europeu;
- O Estado Alemão passou a ocupar uma posição central na Europa no exacto momento em que, após a desintegração da URSS, a Rússia foi remetida mais para o interior da massa continental euro-asiática, deixando de constituir qualquer ameaça convencional para a Alemanha e legando um enorme espaço geopolítico por organizar, situado entre as suas fronteiras ocidentais e as fronteiras orientais da Alemanha e entre o Báltico e os Balcãs. Espaço em que foram criados, no pós-Primeira Guerra Mundial, Estados multiétnicos destinados a desarticular a influência germano-húngara na Europa central e balcânica, um dos quais já se desintegrou — a Jugoslávia — e outro pode estar em vias de se dividir — a Checoslováquia. A norte, a leste e a sudeste da Alemanha está, pois, a emergir um espaço politicamente ainda mais fragmentado e em busca de uma nova integração estratégica e económica;
- A reunificação alemã foi realizada na condição de a Alemanha continuar a pertencer à NATO, mas o contexto em que essa reunificação se

concretizou é o da retirada das forças convencionais russas da Europa e o da decisão russo-americana de suprimir as armas nucleares táticas de curto alcance baseadas em terra ou no mar. Ou seja, um contexto em que a Alemanha deixa de se sentir ameaçada convencionalmente pela Rússia e em que poderá concretizar o objectivo de ver o seu território liberto de armas nucleares estacionadas em terra. A integração da Alemanha na NATO foi realizada na condição de as forças aliadas, após 1994, não poderem utilizar o território da RDA e não poderem aí estacionar qualquer tipo de armas nucleares. O que significa que a Alemanha é responsável, sozinha, pela defesa da sua fronteira leste e que o território mais precioso como base para estender uma eventual garantia de segurança aliada a países da Europa central ficará sob exclusiva presença militar alemã. A integração da Alemanha reunificada na NATO foi igualmente acompanhada por um compromisso face à URSS de reduzir as forças armadas alemãs (do patamar de 490 000 homens da RFA para 370 000 e com uma redução mais do que proporcional da marinha).

A integração na NATO significa, por sua vez, a continuação da presença de tropas americanas em território alemão a um nível muito inferior ao que foi norma durante a «guerra fria» e, provavelmente, num outro quadro organizativo (corpos multinacionais);

- A organização da influência alemã no Leste e no Sudeste europeu supõe um papel central para a Comunidade Europeia. O acesso aos mercados da Comunidade e aos fluxos de ajuda comunitária é um factor decisivo para a Alemanha obter comportamentos políticos nos países da sua esfera de influência que reduzam as situações em que as limitações militares da Alemanha venham claramente à superfície. Suportando os custos financeiros da sua reunificação, tendo de participar com os EUA e o Japão na estabilização económica da Rússia, a Alemanha vai acabar por exigir que a contrapartida do seu empenho na Comunidade seja não só o seu alargamento aos países de Leste que mais directamente esteja interessada em influenciar (dos países bálticos e Polónia à Checoslováquia, Hungria, Croácia e Eslovénia), como a reorientação de parte substancial das ajudas comunitárias para esses países e para as regiões alemãs da ex-RDA. Para poder utilizar a CEE como factor de organização da sua esfera de influências a leste a Alemanha tem de apoiar primeiro o seu alargamento à EFTA, trazendo consigo países com capacidade financeira, embora com ambições em vários dos espaços que a Alemanha pretende influenciar (por exemplo, Suécia e países escandinavos).

A natureza descentralizada do Estado Alemão fará com que, no contexto da reunificação da Europa ocidental e central, as diversas regiões alemãs procurem estreitar os laços com países que orlam a Alemanha. O conflito latente de interesses nesse Estado descentralizado entre, por exemplo, a Renânia, a Baviera ou o Saxe só pode ser ultrapassado se nenhuma destas regiões tiver, relativamente às outras, um acesso privilegiado aos países mais próximos. Ou seja, a resolução desse conflito

de interesses interalemão exige a integração na CEE de toda a grande parte da orla de influência da Alemanha;

- A Alemanha, para estabilizar a sua zona de influência, não precisa só da intervenção da CEE. Partilha com a Rússia de um mesmo interesse vital — inviabilizar a formação de um eixo polaco-ucraniano que exercesse um papel de polarização estratégica do mar Báltico ao mar Negro. A Alemanha tem interesse numa Polónia politicamente fraca e economicamente dependente que aceite, no quadro da sua integração na CEE, uma progressiva penetração económica e cultural da Alemanha nos antigos territórios alemães. A Rússia tem interesse numa Ucrânia que não estruture de forma mais completa a separação russa da Europa central e oriental. A Rússia conta, por sua vez, com a Alemanha para se manter como potência naval no Báltico, a partir do seu controle político e administrativo sobre o enclave de Caliningrado;
- A Alemanha, menos dependente do petróleo do Golfo, porque se pode abastecer no mar do Norte e na Rússia, menos vulnerável de imediato aos riscos de proliferação balística, nuclear e química na periferia sul da Europa e reduzida no seu potencial militar (nomeadamente naval), pode ser tentada a concentrar-se na organização da segurança na sua esfera de influência a leste e a sudeste, afastando-se do Mediterrâneo, do Médio Oriente e do Golfo e procurando não assumir nenhuma responsabilidade especial pela segurança de Israel. Este comportamento alemão representaria a verdadeira ameaça à unidade da Europa ocidental e tenderia a agravar as tensões com os EUA, já que, de futuro, a presença militar americana na Europa e na Alemanha fará sentido se puder ser flexivelmente utilizada para dissuadir e intervir nas periferias europeias de interesse vital para os EUA. Sob este ângulo, a manutenção de uma certa unidade na Europa ocidental dependerá menos das instituições da CEE do que da aceitação pela Alemanha e pela França da integração num dispositivo geopolítico e estratégico liderado pelos EUA para gerir tensões na periferia sul.

Em resumo, pode dizer-se que a Alemanha, estando interessada na conservação da CEE, tenderá a dissolver a especificidade da Europa ocidental, sendo que o maior risco de quebra de solidariedade nesse espaço em que se desenvolveu no pós-guerra se encontra ao nível das questões de segurança, e não ao nível da economia.

4. A FRANÇA E O FIM DO «GAULISMO»

A França está a ser profundamente afectada pelo conjunto de transformações geopolíticas na Europa e nas suas periferias. Assim:

- A reunificação alemã vem alterar profundamente a relação de forças franco-alemãs, ao fazer convergir o maior poder económico europeu com

- um Estado plenamente soberano e com uma posição de centralidade que dificilmente se pode conter na margem estreita da Europa ocidental;
- A desintegração da URSS, após a sua retirada da Europa central e oriental, faz surgir uma Rússia que deixou de constituir uma ameaça convencional para a Alemanha, desvalorizando a independência de acção francesa. Uma Rússia que terá mais interesse numa relação estreita com os EUA e com a Alemanha do que com a França;
 - A fragmentação da Jugoslávia, que é a primeira grande alteração na organização da Europa central e balcânica herdada da Primeira Guerra e pela qual a França procurou desarticular o dispositivo germano-húngaro. A França não só não pode resistir à decisão alemã de precipitar a desagregação jugoslava, como não parece em condições de responder às preocupações da sua outra interlocutora nos Balcãs — a Grécia — face às consequências daquela desagregação;
 - A derrota do Iraque, cuja transformação em potência regional constituiu a mais estruturada e prolongada tentativa da França em reocupar um papel mais central no Médio Oriente/Golfo em convergência com a URSS e em oposição aos interesses anglo-saxónicos e israelitas, veio reduzir a margem de manobra francesa nesta região de importância vital para a Europa. Não só o Iraque foi derrotado, como a França teve de acabar por participar na coligação das forças que o derrotou, face à radical mudança de atitude da então ainda URSS, que preferiu aproximar-se dos EUA em vez de socorrer um «Estado-cliente».

Se, porventura, os EUA e a Rússia decidirem partilhar a construção e a exploração de um sistema antimísseis, integrando-se num movimento mais geral de desvalorização do nuclear, quando este deixou de ter significado nas relações estratégicas entre o Norte e passou a ser uma fonte potencial de perturbação à disposição do Sul, então pode dizer-se que o mundo para o qual a França construiu um dispositivo geopolítico original, que a projectava como potência de ambições globais, esse mundo deixou, simplesmente, de existir.

Nesta fase de transições e de incertezas a França tem duas fortes razões económicas para apostar num «nacionalismo europeu ocidental»:

- A necessidade de proteger as suas exportações agrícolas, de importância vital para um país cujo aparelho industrial tem vindo a revelar grandes dificuldades de competitividade e diversificação. Tal exige, nas actuais circunstâncias, manter a política agrícola comum protegida da enorme pressão diplomática dos EUA e da coligação de produtores agrícolas que estes lideram no seio do GATT;
- A necessidade de procurar uma protecção europeia para as suas indústrias da defesa, seriamente ameaçadas pelo aumento dos custos de desenvolvimento, pela extraordinária demonstração que representou a guerra do Golfo para os competidores norte-americanos, por uma redução geral dos orçamentos da defesa e por uma dificuldade de prosseguir uma polí-

tica de exportações muito baseada na relação com adversários dos EUA. Fora da estrutura militar integrada na NATO e necessitando de proteger as únicas indústrias em que tem uma clara superioridade face à Alemanha, a França procura, em esquemas europeus de defesa, a base para uma aliança com as indústrias militares alemãs, menos competitivas e fortemente atingidas pela redução das forças armadas da Alemanha reunificada.

O «nacionalismo da Europa ocidental» tem, no entanto, de se definir com base na construção de um antagonismo com os EUA e com o Japão. Num momento em que destes países depende a estabilidade da integração da Rússia na economia mundial é duvidoso que essa postura possa seduzir a Alemanha, cuja futura zona de influência a leste depende vitalmente da estabilização da Rússia.

A construção de uma Europa ocidental fortemente integrada, incluindo uma cintura de países pobres e envolvendo um conjunto ambicioso de políticas comuns, exige uma dimensão financeira de solidariedade que dificilmente países como a Grã-Bretanha, a Itália e a própria França estão disponíveis para suportar. O projecto de sectores franceses de conter a Alemanha por integração numa Europa ocidental federalizada esbarra no obstáculo de apenas a Alemanha ter os meios para a solidariedade que viabilizaria essa aposta. Mas, simultaneamente, a reconversão económica da ex-RDA, a organização da sua esfera de influência a leste e a contribuição para a recuperação económica da Rússia constituem certamente aplicações mais decisivas para a Alemanha do que suportar os custos de uma integração mais aprofundada a ocidente, numa Europa a doze.

Inevitavelmente, a França vai ter, assim, de proceder à reavaliação global do seu dispositivo geopolítico e das suas alianças económicas. Nesta reavaliação pode vir a incluir-se:

- O reconhecimento das vantagens de uma pronunciada aproximação aos EUA para lidar com situações na periferia sul da Europa e para organizar a segurança europeia, garantindo a integração alemã num dispositivo que conte com a presença dos EUA;
- O reconhecimento da necessidade de privilegiar as relações com a Ucrânia e a Turquia, como pilares de uma zona intermédia entre a Alemanha (e a sua esfera de influência) e a Rússia;
- O reconhecimento das vantagens de alargar a Comunidade Europeia, reforçando os pólos escandinavo e danubiano e procurando dar-lhes consistência, por forma a não serem irresistivelmente atraídos pela Alemanha;
- O reconhecimento de que uma aliança económica dos seus grupos industriais com os EUA e o Japão pode ser mais importante para revigorar o tecido produtivo francês do que uma atitude europroteccionista.

Esta França é irreconhecível face aos traços que caracterizam hoje a actuação externa francesa. E, no entanto e mais uma vez, é a França que detém a chave da Europa, de uma Europa que possa integrar de uma forma estável uma Alemanha reunificada e a sua esfera de influência a leste.

5. UM CENÁRIO PARA A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Face ao conjunto de transformações geopolíticas atrás referidas, pode conceber-se um cenário para a futura organização europeia ao nível da economia e da segurança que inclua os seguintes vectores:

- O alargamento da Comunidade Europeia aos países da EFTA e a um conjunto de países da Europa do Norte, do Centro e do Sudeste — Estónia, Letónia, Lituânia, Checoslováquia (ou Boémia/Morávia, no caso da desintegração da actual federação), Hungria e Eslovénia — com os quais alguns países da EFTA e a Alemanha tenderão a ter relações privilegiadas. Esta Comunidade alargada organizaria um espaço económico unificado, implementaria um conjunto de redes transeuropeias, geriria volumosos fundos de solidariedade com as suas regiões menos desenvolvidas e um importante orçamento de ajuda externa. O espaço, a energia e o ambiente teriam agências especializadas, no modelo da Agência Espacial Europeia.

Seria possível a constituição ao nível da colaboração económica de «agrupamentos regionais europeus» que permitissem, nomeadamente, aos diversos Estados alemães (mas também, por exemplo, a regiões da Itália) estruturar as suas relações preferenciais com países ou regiões da Comunidade situados na sua periferia. Esses agrupamentos absorveriam parte dos fundos de âmbito regional. Mas, simultaneamente, esta Comunidade alargada seria compatível com a existência de duas associações regionais de *Estados* — uma no *Báltico* (englobando os países escandinavos e os países bálticos) e outro no *Danúbio* (englobando a Áustria, a Hungria, a Checoslováquia — ou Boémia/Morávia — e a Eslovénia) — que agrupariam, nomeadamente, Estados que tiveram um perfil neutral durante a «guerra fria» ou foram membros do ex-Pacto de Varsóvia;

- A criação de uma Comunidade Económica do Mar Negro e dos Balcãs, envolvendo a Ucrânia, a Roménia, a Bulgária, a Albânia, a Grécia, a Turquia, a Arménia e alguns dos Estados saídos da ex-Jugoslávia (ou uma associação entre alguns deles). Este agrupamento seria uma *comunidade associada à CEE*, com quem negociaria um acordo comercial preferencial e para a qual seria canalizada uma parte significativa da ajuda externa da CEE. Esta Comunidade do Mar Negro e dos Balcãs estabeleceria também um acordo com a nova Comunidade de Estados Inde-

pendentes, organizada em torno da Rússia (mas não incluindo a Ucrânia).

Uma questão fundamental para a Comunidade do Mar Negro seria a organização de fluxos de abastecimento petrolífero, reduzindo a dependência para com a Rússia, estabelecendo relações privilegiadas com a Ásia central ex-soviética.

A viabilização da Comunidade Económica do Mar Negro exige, do ponto de vista geopolítico, a redução dos antagonismos actuais ou potenciais entre uma série de Estados: a Ucrânia e a Roménia; a Sérvia e a Albânia; a Turquia e a Grécia; a Arménia e a Turquia.

Uma das principais incógnitas deste cenário diz respeito às fronteiras definitivas da Ucrânia que viesse a associar-se a esta Comunidade (envolvendo, nomeadamente, o futuro estatuto da Crimeia);

- A consolidação de uma organização pan-europeia de segurança, incluindo os EUA e a Rússia, dispo do quadro institucional, dos mecanismos e dos meios que lhe permitam gerir as tensões interestais localizadas que surgirem no espaço *estrategicamente desvalorizado* da Europa pós-«guerra fria» e lhe tornem possível garantir os direitos das minorias que vierem a permanecer após os inevitáveis rearranjos de Estados e/ou de territórios que se irão realizar num horizonte próximo;
- O alargamento da área geográfica de acção da NATO, em paralelo com a criação de um pilar europeu da Aliança e a reintegração plena da França nas suas estruturas militares integradas. A colaboração em política externa, no espaço da Europa ocidental, far-se-ia a partir da colaboração na esfera da defesa, e não a partir da integração económica, que terá de ser muito mais ampla do que a Europa ocidental.

Não só a NATO veria alargada a sua área de intervenção, como tal alargamento deveria incluir um assumir colectivo pelos seus membros de uma responsabilidade pela segurança de Israel, no contexto do processo de paz no Médio Oriente.

Significa esta opção o reconhecimento de que o fim da bipolaridade por antagonismo deixa um vazio organizativo à escala mundial, que exige a manutenção das relações privilegiadas dos EUA com os seus aliados da «guerra fria», em paralelo com o reforço da colaboração político-estratégica com a Rússia;

- Uma nova arquitectura europeia deverá atribuir um lugar específico e central à *Polónia*, cujas actuais fronteiras com a Alemanha e a Ucrânia são elementos constitutivos desta nova ordem europeia. A posição especial da Polónia deveria traduzir-se na sua integração como membro associado das três comunidades económicas que irão partilhar o espaço do Atlântico aos Urais — a CEE, a Comunidade do Mar Negro e a nova CEI — e na sua escolha para sede da organização pan-europeia de segurança.

CONCLUSÃO

Este cenário traduz, pois, uma preferência por *continentalizar a economia e atlantizar a defesa*, sem constituir, no espaço restrito da Europa ocidental, um pólo simultaneamente económico e político-militar.

31 de Maio de 1992.